



UNIDOS PELA MISÉRIA – A EXPERIÊNCIA DA EXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA URBANA DO RIO DE JANEIRO (1890-1910)

UNIDOS POR LA MISÉRIA: LA EXPERIENCIA DE EXPLORACIÓN DE LA CLASSE TRABAJADORA URBANA DE RIO DE JANEIRO (1890-1910)

JEFFERSON NASCIMENTO ALBINO¹

CAMILA OLIVEIRA DA SILVA²

Resumo

O Rio de Janeiro, a capital federal da República brasileira, na virada do século XIX para o século XX passou pela transição ao modelo político e econômico capitalista que, através do pensamento técnico-científico, almejava a entrada do país no caminho da modernidade difundida na Europa e nos EUA. Tal fato proporcionou profundas marcas em toda a estrutura socioeconômica da cidade. Nesse contexto, este artigo tem por objetivo apresentar as experiências da classe trabalhadora urbana carioca, entre os anos de 1890 e 1910, visando traçar as mudanças estruturais que moldaram o viver dos populares pobres nesse período, tendo como foco: o mercado de trabalho, a questão da habitação e a questão da saúde. Com isso, este trabalho propõe-se a responder ao seguinte questionamento: de que forma se estruturaram os diversos fatores que influenciaram a condição de vida da classe trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais do período republicano no Brasil?

Palavras-chave: Trabalho. Cotidiano. Rio de Janeiro.

Resumen

El Rio de Janeiro, la capital federal de la república brasileña, a finales del siglo XIX al siglo XX, experimentó la transición al modelo capitalista político y económico que, a través del pensamiento técnico-científico, apuntaba a la entrada del país en el camino de la modernidad generalizada en Europa y E.E.U.U. Este hecho marcó profundamente la estructura socioeconómica de la ciudad. En este contexto, este artículo tiene como objetivo presentar las experiencias de la clase trabajadora urbana en Rio de Janeiro, entre los años 1890 y 1910, con miras de dibujar los cambios estructurales que moldearon la vida de los populares pobres en este período, centrándose en el mercado laboral, el problema de la vivienda y el problema de la salud. Con esto, este trabajo propone dar respuesta a la siguiente pregunta: ¿cómo se estructuraron los diversos factores que influyeron en la condición de vida de la clase trabajadora en la ciudad de Rio de Janeiro en los primeros años del período republicano en Brasil?

Palabras-clave: Trabajo. Cotidiano. Rio de Janeiro.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde na Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, com pesquisa financiada pela Fundação Oswaldo Cruz.

E-mail: jeffalbino_sps@hotmail.com

² Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em História Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: camila.ods@outlook.com



Introdução

Por conta do seu papel de destaque no âmbito sociopolítico nacional, o Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o século XX, foi palco de significativas remodelações que colocaram o Brasil em um processo de transição para a ordem capitalista e a implementação da moral burguesa, alterando toda a sua estrutura socioeconômica, política, cultural e demográfica. O crescimento populacional nas freguesias centrais da cidade, a migração da zona rural para a zona urbana, a intensificação das políticas públicas voltadas à imigração europeia, a influência do “processo de desescravização” e a adoção de leis para a propriedade de terras – foram alguns dos fatores que suscitaram a árdua luta da classe trabalhadora na busca por sua sobrevivência na cidade.

O novo pensamento ideológico, característico do advento da Proclamação da República (1889) baseado no conceito de “progresso” foi responsável por alterar o *modos vivendi* da população carioca, ao mesmo tempo em que proporcionaria o surgimento de novas formas de se viver e pensar a cidade (MELLO, 2009). O pensamento político e a governabilidade passam a ser fundamentados através de um chamado “caminho da civilização”³, que levaria a prosperidade tão almejada com o regime republicano. A partir desse pensamento, o trabalho torna-se essencial, pois é o elemento regulamentador do país – não só o trabalho em si, mas também todos os padrões de vida familiar e social da classe trabalhadora, que deveriam ser enquadrados dentro da moral e da ordem burguesa.

Neste caminho, o processo de crescimento urbano do Rio de Janeiro na primeira década do século XX, resulta de diversas ações desenvolvidas pela elite do país em diálogo com as variadas esferas e instituições do Estado. Esses agentes, através de suas definições técnico-científicas e morais dividem em formas materializadas o espaço geográfico da cidade: o núcleo da célula urbana torna-se a área central da cidade, correspondente ao perímetro do Distrito Federal; e, subdivide-se em partes periféricas o restante da cidade (a zona suburbana e a zona rural) que orbita em torno do núcleo – ressaltando assim, a hierarquização socioeconômica no mapa carioca. A segregação socioespacial abrange não só a separação das classes socioeconômicas na cidade através

³ De acordo com Chalhoub, o “caminho da civilização” perpassava pelo pensamento de que haveria um modelo específico de aperfeiçoamento moral e material para qualquer povo, que nesse caso específico, ajudaria a nação brasileira. Ver em: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 34-35.



da habitação, como também o afastamento entre a “residência” e o “trabalho”, assim como os locais destinados para a interação social e cultural da população pobre. (BARROS, 2007; FERNANDES, 2011; MIYASAKA, 2011; SANTOS, 2011; ABREU, 2013).

Além destes aspectos, é importante destacarmos que neste contexto, o desenvolvimento científico à brasileira que se desenvolvera a partir da medicina legal, do direito positivista e do determinismo social e biológico buscou enquadrar e segmentar a população brasileira em uma hierarquia que visava sanar os problemas de saúde e sociais do projeto de nação que os republicanos propagavam em seus *meetings* e manifestos desde a década de 1870 (SCHWARCZ, 1997; ALONSO, 2002; MELLO, 2007). Tais debates implicaram diretamente no papel atribuído a população pobre trabalhadora – em específico a população negra – dentro do projeto civilizador da modernidade republicana. Contudo, em contrapartida a estes discursos oficiais e institucionais, ao olharmos de forma detida as experiências destes indivíduos no cotidiano de seu fazer histórico, percebemos que estes construíram práticas sociais, culturais e econômicas que resistiram e existiram em meio as tentativas de silenciamento que ocorreram no período por nós analisado.

Ressaltamos que o cerne de nossa compreensão acerca da classe trabalhadora da sociedade carioca partiu de argumentações que nos foram introduzidas através do trabalho do historiador Marcelo Badaró Mattos (2008). De acordo com Mattos, os baixos salários distantes do preço justo pela jornada de trabalho, os altos preços elevados referentes às mercadorias de subsistência de uma família, e os elevados impostos formavam uma combinação que era responsável por nivelar a condição de vida dos trabalhadores através da miserabilidade, precarizando completamente o padrão de vida do proletariado carioca. (MATTOS, 2008, p. 73). Ao compreendermos que a classe trabalhadora estava unida pela miserabilidade que se propagava a partir das péssimas condições de trabalho, levantamos a questão a ser respondida: de que forma se estruturaram os diversos fatores que influenciaram a condição de vida da classe trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais do período republicano no Brasil?

Para respondê-la, partiremos do conceito de *experiência* atribuído pelos ensinamentos do historiador inglês E. P. Thompson (1998), através do seu emprego para a análise do cotidiano popular brasileiro. Ao levar-se em conta não só a luta política, mas a *experiência* dos trabalhadores – condições de trabalho, habitação, alimentação, saúde, lazer, relações sociais e vivência – como fator formador da “classe” em si,



compreendemos que os mesmos concedem aos sujeitos a condição de agentes ativos da sua própria história e da história da sociedade em que viveram.

Além disso, utilizaremos notícias presentes em periódicos da imprensa carioca como fontes de acesso a essas experiências e discursos da época analisada. Isso se deu pois compreendemos que os jornais eclodiram no âmbito cultural brasileiro, como veículo de comunicação que possuía a finalidade de instruir a população para a luz de um novo caminho nascente com o advento da República no país, tornando-se, muitas das vezes, um instrumento de imposição e dominação na sociedade. A imprensa e o poder se entrecruzaram, através de uma prática literata baseada na opinião daqueles que estão por trás das palavras escritas nas folhas, os periódicos atuaram também como agentes produtores desse projeto civilizador – uma vez que compreendemos que a elite política que propagavam os ditames deste projeto modernizador, também compunham a elite intelectual que o repercutia nas gazetas, o que nos permite adotar a ideia de uma elite político-intelectual, pois tais mundos estavam amalgamadas (FREIRE, 2004; ALONSO, 2002).

Tendo isto dito, neste trabalho visamos relatar as condições de vida nas quais a classe trabalhadora carioca encontrava-se inserida – o mercado de trabalho; a questão da habitação; e a questão da saúde – e como elas foram responsáveis por nivelar a existência desses sujeitos através da exploração das suas atividades laborais e das implicações socioeconômicas de tais práticas. Destacamos que os atores sociais da nossa análise não serão a classe trabalhadora urbana como um todo, visto as especificidades e as implicações de análise de cada agrupamento – a nossa atenção será concedida aos populares pobres, inclusos nas diferentes categorias trabalhistas. Compreendemos que nem toda a classe trabalhadora urbana carioca está inserida dentro de um mesmo nível socioeconômico, com isso, focaremos nos membros da classe trabalhadora urbana os quais tinham sua vida (dado à sua remuneração e condições de habitação e saúde) nivelada a partir da linha da miserabilidade. Entretanto, levantamos a bandeira de que os sujeitos da classe popular carioca foram capazes de se remodelar constantemente e produziram inúmeras possibilidades de assimilação do seu poder, demonstrando assim a potência inventiva daqueles que criam pelas ruas da cidade práticas de sobrevivência e resistência que subvertem a lógica dominadora.



Condições do Mercado de Trabalho urbano carioca

A história do trabalho no Brasil no século XIX é marcada por divisões consolidadas: de um lado, a elite latifundiária e proprietária exercendo poder político e socioeconômico; e de outro, uma grande quantidade de homens e mulheres escravizados e livres explorados por conta da atividade laboral que exerciam. No ponto que nos interessa – ou seja, no perímetro urbano carioca – é possível traçar uma breve caracterização de três espaços do mundo do trabalho urbano: a rua, a fábrica e a casa.

O primeiro manteve uma fatia bastante significativa dos trabalhadores cariocas em ocupações dadas como pertencentes ao mercado informal, e perpassa por grande parte das profissões e atividades laborais nas quais os populares pobres estavam inseridos – possuindo a proeminência de trabalhadores nacionais negros e brancos. O segundo está normalmente associado ao espaço de trabalho dos “privilegiados” por concentrar indivíduos especialistas em algum ofício (sejam escravizados ou livres), marcado por uma classe trabalhadora assalariada típica do que se esperava com a implementação do capitalismo no país – o destaque aqui dá-se por uma maioria formada pela população imigrante e seus descendentes, ou trabalhadores nacionais brancos (MATTOS, 2008). O terceiro espaço, abarcava o serviço doméstico e foi inicialmente ocupado pelo corpo negro escravizado, que com abolição observou uma gradual incorporação do imigrante europeu nas atividades; e tal como a rua, se tornou um campo de competição das atividades laborais que possuíam pouca delimitação institucionais do que eram considerados os serviços domésticos (SOUZA, 2017).

Durante o momento de transição do sistema senhorial escravista para o sistema capitalista burguês, nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, a sociedade brasileira passou por um período de amadurecimento do seu mercado comercial e da formação da mercantilização de bens. Com isso, houve o desenvolvimento dos setores secundário e terciário da economia dentro do território nacional, principalmente no Distrito Federal (VAZ, 1994). Por conseguinte, através dos dados presentes no Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906, percebemos que a população carioca encontrou nesses novos nichos econômicos outras formas de sobrevivência na cidade.

**Tabela I** – Profissões na cidade do Rio de Janeiro (1906)⁴

Profissões	Nº de pessoas
Indústria de vestuário	31.710
Edificação	31.800
Serviço Doméstico	117.904
Jornaleiros e Trabalhadores braçais	29.933
Profissões desconhecidas	65.492

Fonte: Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906.

A partir destes dados, podemos compreender que a concentração de pessoas na área central do Distrito Federal é facilmente explicada pelo fato de que, por ser o centro comercial e financeiro do país, a cidade possuía a maior concentração do mercado de trabalho – tanto para os trabalhadores livres quanto para os libertos ou escravos de ganhos (antes da abolição em 13 de maio de 1888) – seja nas oficinas e manufaturas, estabelecimentos fabris, nos comércios, ou até mesmo no trabalho na rua.

Dentre as atividades exercidas pela classe trabalhadora urbana pobre da cidade do Rio de Janeiro, incluíam-se as mais variadas: caixeiros, lavadeiras, cozinheiras, babás, amas de leite, mucamas, carregadores, copeiros, arrumadeiras e outras (GRAHAM, 1992). Valendo evidenciar dois tipos de atividades trabalhistas, características tanto da população pobre de cor nacional quanto dos imigrantes europeus que por aqui chegavam: o serviço doméstico – que abraçava uma parte considerável da população⁵ (principalmente das mulheres, nacionais e imigrantes), sendo que muitos prestadores deste tipo de serviço trabalhavam em troca de casa e comida ou mesmo teciam relações de contrato de trabalho que em muitos casos estabelecia prestações de serviços diárias ou mensais, pautadas pelos laços de favor ou compadrio; e os vendedores e vendedoras do mercado ambulante⁶ – este comércio era inicialmente ligado aos indivíduos negros

⁴ As presentes profissões foram aqui selecionadas levando em consideração o fato de que as mesmas eram comumente exercidas pelos membros das camadas populares da sociedade carioca.

⁵ Em 1870, em população de 235.381 indivíduos, 53.160 se declararam como servidores domésticos (ou seja, 22,58% do total da população); em 1872 o censo indicava que em uma população de 274.972 habitantes, 55.011 (20% da população da cidade) eram trabalhadores domésticos e 25.686 eram “diaristas e criados”; no recenseamento de 1890 encontra-se registrado que do total da população de 522.651 indivíduos, 74.785 habitantes (14,30%) incluíam-se na categoria “serviço doméstico”. Ver em: SOUZA, Flávia Fernandes de. “Entre a convivência e a retribuição: trabalho e subordinação nos significados sociais da prestação de serviços domésticos (Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1900)”. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, n. 4, v. 1, 2010. p. 121-122.

⁶ Ao longo da primeira década do século XX, a cidade do Rio de Janeiro conta com a presença em suas ruas de todo tipo de gente: italianos vendendo roupas e verduras; sírios vendendo fósforos; judeus (de todas as nacionalidades) no ramo das bijuterias; turcos vendendo desde artigos do lar até perfumaria e objetos/roupas usados; indivíduos negros (descendentes de escravizados ou negros livres) vendendo os



escravizados (escravos de ganho) ou livres, mas nos anos finais do século XIX para o século XX, passa a abarcar grande parte da população de negros e brancos (estrangeiros e nacionais) pobres, que trabalhavam diretamente com a venda dos mais diversos produtos em pontos fixos (através de licenças públicas ou mesmo de forma ilegal) ou perambulando pelas ruas.

Por conta das condições de trabalho dos populares, as últimas décadas do século XIX e ao longo da primeira década do século XX, a capital federal é invadida por uma série de petições destes indivíduos (tanto aqueles que ainda eram escravos como os livres) que se vinculavam em associações, irmandades, partidos, sindicatos e realizavam protestos, motins e greves contra as ações do governo e/ou de seus chefes contra eles e pelo clamor por melhores condições de trabalho e vida.

Nas oficinas das fábricas, conseguimos mais detalhes acerca das condições de trabalho destes indivíduos (dado a documentação das mesmas ou dos sindicatos e irmandades dos trabalhadores), como nos demonstra Mattos (2008) acerca do serviço laboral dos tipógrafos – classe trabalhadora pioneira no uso do recurso da greve:

O ritmo do trabalho nos momentos de pico da produção (quando os datores entregavam as matérias para serem compostas, em geral à noite), a disponibilidade de manter-se na oficina por cerca de 12 horas (geralmente das 15 horas até a alta madrugada, muitas vezes com algumas horas de preparação do trabalho pela manhã) e o ar carregado das oficinas tipográficas – particularmente as maiores, as das folhas diárias – eram algumas das características que transformavam o ofício dos tipógrafos num dos mais desgastantes para o que se considerava o padrão de dignidade no trabalho especializado do artista. (MATTOS, 2008, p. 56).

mais diversos quitutes (doces e comidas) e frutas/verduras; e portugueses, que predominavam nesse setor comercial, vendendo desde frutas e leites até o ramo da padaria e do carregamento de produtos. Os comerciantes geralmente utilizavam de pregões, através da criação de melodias e trocadilhos inusitados para chamar a atenção dos fregueses para os seus produtos e vencer a forte concorrência ao seu redor. O intelectual brasileiro Everardo Backheuser realizou na década de 1940, um levantamento científico acerca do comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro desde o período colonial até ao seu tempo contemporâneo, no qual realiza uma descrição detalhada sobre os nichos relativos aos produtos comercializados pela cidade através da nacionalidade dos vendedores. Ver em: BACKHEUSER, Everardo. Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Geografia*, Ano VI, Janeiro-Março de 1944, N°1, p.3-34. Além deste trabalho acerca da história do comércio ambulante no Rio de Janeiro, merece o destaque os seguintes acerca de temas específicos: SARMIENTO, Érica; MENEZES, Lená Medeiros de. Aspectos da desordem urbana: imigrantes ibéricos e a contravenção no Rio de Janeiro republicano (1880-1930). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) - *Revista Estudos Ibero- Americanos*, Vol. 41, N° 1, Janeiro-Junho 2015, p.164-180.; KLEIN, Herbert. S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. Lisboa, Portugal: *Revista Análise Social*, Vol. 121, 2° ed., 1993, pp. 235-265; EARP, Fábio Sá; FRIDMAN, Fania. Crédito e cartões - os ambulantes judeus no Rio de Janeiro. Brasil: *História Econômica & História de Empresas - Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE)*. Vol. 2, 2003, p. 57-73.



Além do descrito acima, temos a constante ameaça física representada por ferramentas ou maquinários que faziam parte do cenário fabril e propiciavam o acontecimento de diversos acidentes em indivíduos, principalmente nos momentos de intensificação do ritmo de trabalho. Outro fator marcante da degradação da classe trabalhadora pobre carioca, em seus diversos nichos laborais, era a opressão exercida pelos superiores e/ou supervisores – também membros das classes populares – sob a camada mais baixa dos trabalhadores em prol de uma maior produtividade e lucratividade do negócio do patrão.

Acerca de vestígios das condições trabalhistas dos populares pobres pertencentes ao mercado informal da cidade do Rio de Janeiro, há uma lacuna a ser preenchida no fazer histórico em torno dessa camada da população – visto que, a falta de documentos oficiais ou de associações entre esses sujeitos que comprovem e discorrem sobre o caráter empregatício dos mesmos é inexistente (a priori), logo torna-se necessário buscar outras ferramentas para se compreender. Entretanto, salientamos que o não enquadramento desses sujeitos em postos formais de trabalho e a acirrada competitividade do mercado informal urbano, são vestígios que demarcam a dificuldade não só da condição de trabalho, mas da existência do trabalho em si para esses indivíduos das camadas populares pobres.

Deste modo, as condições da classe trabalhadora do Rio de Janeiro nos apresentam um quadro de hierarquização dos ofícios e da vida destes indivíduos, especialmente dos populares pobres da cidade. Tal fato se inicia através da separação em ambientes laborais específicos no espaço geográfico urbano: a fábrica, a rua e a casa – a formalização do primeiro como ambiente ideal do cidadão trabalhador, fomenta a deslegitimação do segundo e a subordinação intrínseca no terceiro. Entretanto, visamos salientar que, independentemente do espaço ou das características da atividade laboral preenchido pelos populares pobres, as péssimas condições de trabalho, a alta competitividade devido ao crescimento populacional na cidade, e a baixa remuneração dos mesmos foram alguns dos fatores responsáveis pelo nivelamento da vida desses homens e mulheres na linha da miserabilidade socioeconômica.

Modos de se viver na cidade – A questão da habitação popular



A cidade do Rio de Janeiro perpassa por um período de intenso crescimento demográfico que se inicia na segunda metade do século XIX e sucede ao longo de toda primeira década do século XX. O viver na área central não era uma escolha ao acaso por parte da classe trabalhadora, visto que para residirem longe do centro da cidade havia um alto custo de transportes (tanto bondes quantos trens) e moradia.

De acordo com o Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, a população total residente no ano de 1890 era 522.651 habitantes e em 1906 era 811.443, apresentando um aumento de quase trezentos mil pessoas – foram exatas 288.792 pessoas a mais dentro do perímetro urbano no espaço de tempo de 16 anos.

Tabela II – Análise Comparativa entre a População das Freguesias entre 1890-1906

Freguesias	1890	1906	Aumento Total	Aumento Percentual
Santa Rita	43.805	45.929	2.124	4,85%
Sant'Anna	67.533	79.315	11.782	17,45%

Fonte: Recenseamento de 1890 e 1906.

Ao mesclarmos os dados acima sobre duas freguesias da região central⁷ do Rio de Janeiro, com as informações acerca da população total, podemos perceber que os habitantes desta área, no período aqui analisado, tiveram um aumento combinado de cerca de 22,3% em sua população total. O acréscimo da população urbana foi responsável pelo agravamento da crise habitacional que distanciava a capital da imagem almejada para o país, visto que a proeminência do mercado de trabalho dentro do perímetro urbano acarretava na concentração das moradias populares.

As habitações coletivas populares da região central da cidade do Rio de Janeiro, passam a partir de 1890 e durante a primeira década do século XX, a se tornarem a principal moradia dos trabalhadores pobres e suas famílias (ABREU, 1994; ABREU, 2003). Contudo, tornam-se concomitantemente alvos da constante condenação do Estado

⁷ Ao levarmos em consideração, a promulgação da lei N° 85 de 20 de setembro de 1892 – comumente conhecida, como a Lei Orgânica do Distrito Federal – que competia sobre a organização política do aparato administrativo do mesmo, percebemos que as diversas instâncias do Estado passaram a analisar cada mínimo aspecto que envolvia e encontrava-se dentro do perímetro urbano. As seguintes freguesias foram escolhidas por se localizarem no núcleo geoespacial do perímetro urbano da capital federal e por apresentarem um grande crescimento populacional, nos anos em questão aqui analisados. Assim sendo, os aspectos concernentes ao viver nas mesmas foram sofrendo mudanças significativas para se encaixar dentro do pensamento ideológico progressista republicano. Ver em: *Lei N° 85 de 20 de setembro de 1892*. In: *Coleção das Leis do Brasil – 1892*, Vol. 1, pt. I, p. 84.



e da sociedade, não só pela questão da insalubridade nestes ambientes, mas por serem considerados como o *locus* das “classes pobres, viciosas e perigosas”⁸.

A partir do decreto N° 391 de 1903, as habitações coletivas passam a serem definidas como toda “habitação que, dentro de um mesmo terreno, ou sob o mesmo teto, abrigasse famílias distintas em pequenas unidades independentes” (PAIXÃO, 2013, p.124). A seguinte tabela nos permite discorrer brevemente sobre este assunto:

Tabela III – Análise Comparativa entre Prédios e Domicílios entre 1890 e 1906

Ano	População Total	N° de prédios	N° de domicílios	Densidade (p/ prédio)	Densidade (p/ domicílio)
1890	522.651	48.576	71.807	10,66	7,21
1906	811.443	84.375	83.686	9,54	9,62

Fonte: Recenseamento de 1890 e 1906.

Há uma alta discrepância no número de prédios em comparação ao número de domicílios no ano de 1890, essa informação consiste em um vestígio que nos aponta para a existência de diversas habitações coletivas populares pela cidade no final do século XIX. O decreto N° 391 de 1903, aumenta o arcabouço dos tipos de propriedades que poderiam ser compreendidas como habitações coletivas populares – não só estalagens, cortiços, casas-cômodos e avenidas – mas também vilas operárias, terrenos subdivididos na região do subúrbio, e os morros da área central.

A abrangência do que poderia ser categorizado como “habitação coletiva popular” possibilitou o maior controle e condenação por parte do Estado, em relação às moradias e aos hábitos dos populares pobres que residiam nesses ambientes. Ao focarmos no ano de 1906, nota-se o aumento do número de prédios pela cidade – demarcando o momento de expansão inicial do setor da construção civil, graças ao processo de remodelação

⁸ De acordo com Chalhoub, a expressão “*classes perigosas*” surgiu no início do século XIX na Europa, acerca da criminalidade e da questão da “infância culpada”, sendo utilizada para referir-se aos indivíduos que haviam escolhido viver à margem da lei. O termo surge no cenário político brasileiro numa discussão na Câmara dos Deputados do Império do Brasil, logo após a Abolição em 1888, envolvendo a preocupação dos parlamentares em relação a organização do trabalho e um projeto de lei para repressão da ociosidade na sociedade. Para os políticos brasileiros, os cidadãos que não possuíam a virtude para o trabalho apresentam vícios, a figura do “pobre” estaria atrelada a características viciosas. Os pobres carregam consigo os vícios que produzem os malfeitores que são perigosos para a sociedade. Assim sendo, os pobres são, por definição e extensão, perigosos. Nessa lógica de pensamento, o conceito de “*classes perigosas*” coloca o cidadão brasileiro negro como sendo o seu principal representante e alvo das políticas de suspeição no imaginário da elite política do país, que irá se propagar por toda a sociedade civil. Ver em: CHALHOUB, Op. Cit., p. 20-23.



urbana. Contudo, percebemos que o número de prédios e o número de domicílios quase que se assemelha neste mesmo ano – levantando a hipótese da possibilidade de acesso a moradia por parte de cada família, mesmo que de forma precarizada, ou o adensamento populacional em torno de um único prédio com vários domicílios.

Ao observarmos o cenário da cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais do período republicano, temos a administração pública sendo conduzida pelos parâmetros do higienismo, que funcionam como uma forma de imposição do pensamento das classes dominantes⁹ nos mais diversos aspectos que envolvem a vida da classe trabalhadora. As condenações constantes das habitações coletivas populares¹⁰ pela imprensa carioca auxiliam nesse processo, demonstrando a necessidade que a população pobre ansiava por uma melhoria social (SILVA, 2019).

Devido a essa lógica, o cenário do Distrito Federal com características coloniais em sua arquitetura, as sedes dos poderes políticos, as principais instituições financeiras do país, as habitações coletivas insalubres, e a passagem constante de animais do mundo rural pelas ruas – torna-se inviável ao projeto de nação brasileira. Partimos da premissa de Maurício de Abreu (2003) afirmando que houve uma mudança no pensar a moradia popular na virada do século XIX para o XX. Anteriormente, a habitação popular era pautada através de diversas formas físicas edificadas de habitação (cortiços, estalagens, casas-cômodos e vilas operárias). Na aurora do novo século, com uma série de mudanças que ocorrem dentro do perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, a moradia popular passa a se localizar em torno de um *habitat* em específico (loteamentos, subúrbios, morros). O *locus* de moradia da população pobre da classe trabalhadora carioca, inicialmente nas habitações coletivas populares, transfere-se para esses novos espaços de convivência que remodelam as redes de sociabilidade popular da cidade.

O MORRO DA FAVELA

Vagabundos, desordeiros e desertores – Cerco – Várias prisões – Na 9^a.

O morro da Favela, constitui atualmente o terror da 9^a circunscrição, pois é ali o ponto predileto para refúgio de vagabundos, desordeiros, desertores e indivíduos implicados em vários processos.

⁹O discurso higienista brasileiro não foi acompanhado da reflexão crítica acerca dos problemas sociais e das habitações populares que originou políticas públicas, mas sim no caráter de remodelação da cidade baseada numa política de remoção. Ver em: ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro - a geografia histórica da invenção de um espaço*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016, p. 79.

¹⁰Salientamos neste momento que compreendemos as habitações coletivas populares, como moradias multifamiliares que se abrigavam numa mesma residência particular através do aluguel de quartos/porões/sótãos, podem ser classificadas como: estalagens, casa-de-cômodos, avenidas, cortiços, entre outros.



(...)

Várias têm sido as queixas dirigidas a 9ª delegacia contra tais desordeiros que ali promovem distúrbios e cometem os maiores desatinos, quase sempre por questões de ciúmes de um grupo de vagabundos que lá fixaram residência.¹¹

Logo em sua manchete, a notícia acima realiza a associação dos habitantes do morro da Favela com “vagabundos”, “desordeiros” e “desertores”. A estigmatização da população residente como pertencente ao mundo marginal perdura pela reportagem – o morro é descrito como refúgio de indivíduos que são contra o aparato legal do Estado, a sua imagem é descrita como moradia fixa da classe marginal. A análise relativa à notícia do *Jornal do Brasil*, que durante a primeira década do século XX flutua entre críticas à condição de vida dos trabalhadores e exímio aparato civil legitimador das ações do Estado, demonstra-nos o impacto que a noção de “trabalho” teve na vida da população pobre – todos os indivíduos residentes de um mesmo espaço urbano tornam-se homogêneos dentro do grupo marginal, pois são aqueles que não se enquadram na ordem e moral burguesa (CHALHOUB, 2012). As ações deste grupo são condenadas pelo aparato policial do Estado, por não se encaixarem dentro do esperado do trabalhador ideal do regime republicano, seus desafetos e impasses emocionais de cunho amoroso – que nada tem a ver com a sua condição empregatícia – são rechaçados abertamente por uma instituição liberal da sociedade civil.

Em outra notícia, agora do periódico *Correio da Manhã*, vemos que apesar dos problemas acerca da questão da criminalidade supostamente intrínseca ao morro da Favela, o mesmo enquadra-se como uma habitação “regularizada” pelo governo.

DANSA DE VELHOS!

Nem os velhos resistem aos horizontes rubros da celebre Favela.

Ali tudo é valentia.

As coisas sanguinárias fazem parte da vida daquele antro consentido pela Prefeitura, a dois passos da cidade, na mais flagrante prova de condescendência das nossas autoridades, muitas das quais chegam a ter receios de se envolver na complicada rede de vielas repletas de casebres imundos.¹²

¹¹ *Jornal do Brasil*. Segunda-feira, 27 de abril de 1903 – Anno XIII – N° 117 – Página 1. O *Jornal do Brasil* foi lançado em 1891, inicialmente de cunho monarquista, estava ligado a um grupo de insatisfeitos com a situação do Brasil nos anos iniciais do período republicano, era um jornal diário e opositor moderado ao governo. Abordava os problemas cotidianos da cidade do Rio de Janeiro – com destaque para os problemas envolvendo os melhoramentos urbanos. Apesar do seu caráter defensivo em relação a classe trabalhadora, era contra qualquer tipo de mobilização popular que questionasse a legitimidade do poder público e ameaçasse a ordem do governo. Ver em: BRASIL, Bruno. *Jornal do Brasil*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Acessado em 20 de agosto de 2018 às 23hrs18min.

¹² *Correio da Manhã*: Quinta-feira, 13 de maio de 1909 – Anno VIII – N° 2858 – Página 4. O *Correio da Manhã* foi um periódico que nasceu ano de 1901, e desde seu início era visto caracteristicamente pelas suas fortes opiniões, possuindo a linha editorial combatendo os moldes ideológicos republicanos no país. Demonstrava-se a favor de medidas de caráter liberal modernizador, porém criticava o custo do desenvolvimento sobre a precariedade de acesso dos populares aos direitos fundamentais. Apesar de



Ressaltamos o fato de que possuindo conhecimento da necessidade de habitação perto da área central por parte das camadas populares pobres – permanecendo como força de trabalho à disposição da burguesia, a governabilidade não restringia a moradia nos morros. Como podemos observar através do artigo N° 33 do decreto N° 762 de 1900, “os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que se lance mão para obtenção da licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações” (ALMEIDA, 2016, p.54) – o problema dentro da lógica da governabilidade não era a habitação dos morros em si, mas sim a construção e a acumulação das casas ditas como insalubres na paisagem urbana carioca.

Assim sendo, os indivíduos pobres da classe trabalhadora carioca e seus hábitos passam a serem enxergados como um perigo social devido ao contágio que ofereciam no imaginário da elite do país, tanto no quesito da insalubridade quanto dos seus valores morais – o modo de viver (o trabalho, a moradia, o lazer e as relações pessoais) desta população encontra-se em oposição ao ideário civilizador modernista que se torna a marca do regime republicano brasileiro nos seus anos iniciais. Entretanto, a permanência na área urbana central – seja em novos tipos de habitações coletivas populares ou em encostas dos morros autorizada pelo Estado (ou por debaixo dos panos), demonstra-nos que a questão da moradia popular pobre se insere num quadro complexo da hierarquia social carioca e da disputa pelo direito à cidade.

As habitações populares dos trabalhadores pobres do Rio de Janeiro vai além da ótica do Estado ou mesmo das instituições liberais – que auxiliam-no nas tentativas de imposição da ordem e moral do sistema capitalista no país –, tais habitações tornam-se espaços de convivência e conflitos entre os trabalhadores que, apesar da competitividade existente no mercado de trabalho urbano (tanto nas fábricas quanto pelas ruas da cidade), encontram em suas moradias diversas formas de laços (de parentesco ou compadrio) que subvertem a lógica dominante e une estes sujeitos, que se encontram na miserabilidade socioeconômica, em torno de melhorias nas condições de vida para si e suas famílias.

A arte de viver – saúde e doença entre os trabalhadores urbanos

Diante dos fatos já apresentados, cabe ressaltar que neste conturbado cenário, forças e hegemonias políticas estavam em pleno vapor, conflitando posições e realidades

identificar-se com as causas das classes populares, o periódico atraiu a atenção da classe média da cidade do Rio de Janeiro. Ver em: BRASIL, Bruno. *Correio da Manhã*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>. Acessado em 20 de agosto de 2018 às 23hrs12min.



em torno da modernidade, civilidade e higiene. Neste contexto, o Estado republicano e o discurso de médicos higienistas se alinham e desenvolveram um extenso processo de burocratização, organização e normatização dos corpos físicos e sociais (FOUCAULT, 1978). Com isso, a vida dos trabalhadores urbanos e outros indivíduos acabaram por sofrer abruptas transformações, marcadas por desigualdades econômicas, étnicas e de gênero; gerando um repertório específico de doenças (endêmicas ou epidêmicas) que pairavam sobre a sociedade e em especial os espaços de trabalho e habitação da classe trabalhadora pobre (CUETO; PALMER, 2016, p. 86).

A despeito disso, as doenças – como o cólera, tuberculose e febre amarela, ganham uma importante significação no contexto da experiência dos trabalhadores urbanos, pois as epidemias reforçavam vínculos sociais, intensificavam disputas em torno de diferentes artes de curar e justificavam as ações de perseguição e criminalização do Estado, dos médicos e dos sanitaristas frente aos caminhos traçados pelos trabalhadores. Como defendem os historiadores Marcos Cueto e Steven Palmer (2016), as epidemias explodiram pelo globo terrestre, visto que estavam ligadas à mistura de dois processos pertencentes ao contexto liberal na América Latina: o progresso e a deterioração nas condições de vida resultante desse progresso. Ou seja, as doenças aqui possuem dois papéis importantes¹³: o primeiro, de indicador da deterioração da vida; e o segundo estaria ligado ao de agente transformador, uma vez que a incidência e propagação de determinadas doenças eram justificadoras de reformas e intervenções, principalmente quando assolavam os portos, interrompendo o comércio internacional.

Partindo deste segundo aspecto, na segunda metade do século XIX criou-se em 1850 a Junta de Higiene Pública, transformada em Inspetoria Geral de Higiene em 1886; e a Inspetoria Geral de Saúde dos Portos, cujo objetivo era coordenar e centralizar os assuntos acerca da saúde e da doença na capital imperial e posteriormente republicana. Ambas as instituições visavam implementar os princípios de higienização dos espaços urbanos e dos portos em consonância com os ditames da modernidade científica adotada pelo regime republicano, possuindo um assíduo papel na regulamentação e derrubada das

¹³ Esta percepção é balizada na concepção *Framing disease* apresentada pelo historiador estadunidense Charles Rosenberg. Partindo de uma crítica à historiografia que historiciza as doenças em uma perspectiva construtivista social, na qual a doença é interpretada apenas a partir do momento que se dá um sentido, uma classificação e denominação. Segundo ele, a visão de doença como fator social é tautológica e deve ser visualizada como ponto de partida e não como ponto de chegada das análises. Contraopondo-se a esta perspectiva – mas não negando-a – Rosenberg propõe uma análise calçada em utilizar uma “moldura” em torno das doenças, ou fazer delas à moldura, para compreendermos suas ações dentro das relações sociais. In: ROSENBERG, Charles E.; GOLDEN, Janet (Eds.). “Framing disease: illness, society and history”. *Studies in cultural history*. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1977



habitações coletivas populares, dos comércios de rua, das quarentenas nos navios e sobre quem poderia ou não exercer as artes de curar (FROES, 2014).

Em meio ao caos posto pelas epidemias e endemias no Rio de Janeiro, “instala-se na cidade um verdadeiro comércio de preces impressas, com destaque para aquelas dirigidas a São Benedito.” (CHALHOUB, 1996: p. 63), assim como a busca por soluções em relação as péssimas condições de trabalho e habitação, a classe trabalhadora buscava por remédios e curas alternativas as dos médicos diplomados, que muitas das vezes eram vistos como uma oposição aos curandeiros, espíritas, feiticeiros e pais-de-santo que auxiliavam nos tratamentos dessa população pobre (mas não só dela). Um movimento que ao se projetar medidas sanitaristas – como proibição da construção de cortiços, implementação de esgoto e água potável – no combate as doenças, exigiu dos médicos um preparo na luta para transformar a mentalidade da população trabalhadora e pobre que estava ligada as práticas religiosas e a métodos de cura oferecidos por diferentes terapeutas populares.

A busca por esses terapeutas populares em nossa análise, atribui-se as conexões existentes nas redes de sociabilidade estabelecidas entre essa população pobre e trabalhadora. Além dos fatores históricos que nos demonstram que essas práticas são advindas dos tempos coloniais, observamos a partir dos estudos da historiadora Gabriela Sampaio (2005) que mesmo em meio ao desenvolvimento científico e o crescente número de médicos formados nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, a busca pelas “medicinas alternativas” se sobressaiu ao ponto de se tornarem um empecilho para a consolidação do pensamento médico-científico no país.¹⁴

Neste contexto, instituições jornalísticas e políticas reconheceram as terapias populares como um problema a ser solucionado em vias de se implementar o modelo de ordem e progresso republicana. Na esfera política, entre assuntos orçamentários, ao longo da última década do século XIX e a primeira do século XX, observou-se entre os deputados e juristas da administração pública a busca por tentar enquadrar o curandeirismo dentro da “liberdade profissional”.

A tônica do debate estava em torno da criminalização destas práticas. Com o golpe militar do 15 de novembro de 1889, uma das primeiras medidas que o marechal e

¹⁴Tal aspecto desmonta o argumento historiográfico que aponta a busca por terapeutas populares como consequência exclusiva da ausência de médicos. Gabriela Sampaio (2005), Rafael Rocha (2015), Caio da Silva (2017) e Glícia da Silva (2019), são algumas das referências que aponta para a existência de uma disputa entre ambos – os terapeutas em um contexto que os médicos se alinharam com o Estado na busca por se implementar um projeto higienista.



presidente Deodoro da Fonseca adotou foi a implementação do Código Penal, que passou a vigorar já no ano de 1890. Nele, além de demonstrar seus interesses em primeiro reprimir os indesejados do regime (DONADELI, 2016), observamos a consolidação de um processo histórico que vinha se desenhando desde a primeira metade do século XIX, na qual visava restringir o exercício da cura apenas a classe de médicos diplomados. Com efeito, em seu artigo 157 e 158, no capítulo III “dos crimes contra saúde pública” identificamos que:

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica: Penas – de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000.

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeiro: Penas – de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000. (BRASIL, 1890, p. 29).

Em contrapartida, a Constituição de caráter liberal que foi aprovada em 1891, apresentava uma contravenção que foi utilizada por muitos curandeiros, advogados e caiu em debate na Câmara de Deputados Federais. Em seu artigo 72 identificamos os seguintes ordenamentos:

Art. 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:
§3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

§24 - É garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial.” (BRASIL, 1891).

Atravé destes artigos podemos perceber que fosse por um viés religioso ou não, os terapeutas populares recorriam a liberdade de suas atividades. Nestes debates, o que observamos foi a tentativa de deputados positivistas como Demétrio Ribeiro e Barbosa Lima de impedir a hegemonia da classe médica e implementar o curandeirismo enquanto uma profissão liberal. Dentre os argumentos apontados por Lima, identificamos sua defesa por compreender que tais práticas assistiam à população pobre (o que nos permite incluir os trabalhadores urbanos e rurais), em oposição à ausência e o medo dos médicos diplomados, que muitas das vezes utilizavam de técnicas abruptas e não estabeleciam vínculos de confiabilidade com sua clientela.



Para os positivistas, mais que uma profissão, as artes de curar era um sacerdócio e por isso deveria caber aos próprios atores sociais escolherem um ou outro terapeuta, cabendo ao Estado apenas a fiscalização de suas práticas dentro do que a lei estabelece (WEBER, 1999). Embora as tentativas dos deputados em instituir o curandeirismo enquanto profissão e abolir a criminalização no Código Penal não tenham surtido efeito, o presente debate na esfera pública e política demonstra que, para tais atores, a liberação do curandeirismo condizia com uma República liberal que visava incorporar este setor no projeto nacional.

Ao fim e ao cabo, se até aqui indicamos que os indivíduos da classe trabalhadora dividiam e conviviam em espaços urbanos insalubres – fábricas, praças, mercados, e espaços habitacionais – ao conectarmos tal argumento com a percepção de que neste processo se constituiu uma rede de solidariedade ao redor dos problemas de saúde destes mesmos trabalhadores, podemos inferir que um indivíduo versado nas artes de curar ocupava a categoria de auxiliador de seus companheiros de habitação e trabalho. Sendo esta atividade também um caminho para complementar a renda familiar diante do pouco rendimento monetário de sua profissão ou frente ao desemprego – visto que o crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro proporcionou um acirramento intenso no mercado de trabalho urbano.¹⁵

O caso de um curandeiro em particular nos permite compreender tais práticas em meio a outras que ele exercia – José Francisco Pinto Breves, também referido pelos jornais como *Juca Breves*, *Curandeiro Breves* ou *Juca Machinista* – que durante a segunda metade do século XIX foi denunciado por praticar o curandeirismo. Nisso, sua aparição enquanto *Juca Machinista*, faz alusão ao fato de que o mesmo tenha trabalhado como maquinista na Estrada de Ferro Dom Pedro II, que teve implementação em 1858. Além desta relação, em uma reportagem publicada pela *Gazeta de Notícias* em 10 de abril de 1889, é apontado que junto à sua atuação de curandeiro, Breves possuía um tabuleiro de doces na porta de seu consultório.

(...) Para tirar proveito de tudo e arranjar aquele pão e meio do Rifão, o curandeiro armou um botequim ambulante em frente á porta do seu consultório, e, em tabuleiros, oferece a freguesia, por bom preço, já se sabe, doces, vinhos e o mais que púce servir para delicias do paladar e conforto do estomago.

¹⁵ Tal argumento foi desenvolvido em outro artigo que buscou comparar os ganhos dos curandeiros e o custo de vida da população trabalhadora carioca na última década do século XIX. Ver: ALBINO, Jefferson. 2020.



Na porta do curandeiro há uma tabuleta de médico, o que claramente significa que o espertalhão, ou fantasiou um nome precedido do indicativo Dr. Para chamariz, ou realmente conseguiu associar um médico a sua indústria, o que não nos parece possível.¹⁶

Curandeiro, maquinista, tabuleiro e ambulante. Breves é um dos muitos indícios que apontam para a relação dos trabalhadores urbanos com as práticas das terapias populares. Fosse a principal fonte de renda ou um complemento às suas outras jornadas de trabalho, o curandeirismo deve ser encarado na história dos mundos do trabalho como um aspecto inerente à vida dos trabalhadores cariocas, pois além do mundo das fábricas, as ruas comportavam uma multiplicidade de *fazer – ser* que fugiam a lógica das instituições hegemônicas do regime republicano. O próprio apontamento de que o curandeiro utilizava o nome de um “falso médico” na porta de seu consultório mostra que Breves não era alheio a seu contexto e para se “blindar” das autoridades, recorreu a uma figura autorizada a exercer suas práticas – apontando que, até mesmo a criminalização do curandeirismo não era um consenso dentro das instituições médicas.

Afirmamos isto pois, ao seguirmos a trajetória dos curandeiros, em 1892 encontraremos um médico diplomado trabalhando para ele. O Dr. Francisco Baptista da Rocha recebia de Breves a quantia de 10 mil réis duas vezes por semana para que o curandeiro utilizasse seu nome na porta do consultório. Ao fazer este movimento, Breves nos aponta que a lucratividade das artes de curar eram tamanhas que permitia a contratação de um médico diplomado (ALBINO, 2020).

Um outro aspecto que nos permite compreender as artes de curar como estabelecadora de sociabilidade em meio às classes de trabalhadores, se desenvolve a partir da presença de auxiliares destes curadores no exercício de suas práticas laborais. É notório perceber, através das denúncias propagadas nas gazetas cariocas, a figura de imigrantes como auxiliares de curandeiros negros no desempenho de suas funções. Tal fato pode se desdobrar em dois aspectos: em primeiro lugar, permitiria a manutenção e perpetuação das práticas de cura de uma população iletrada que possuía apenas a cultura oral como mecanismo de difusão do conhecimento das suas práticas sociais (BARBOSA,

¹⁶ *Gazeta de Notícias*, Sabe Nome aos Bois. 10 de abril de 1889, p. 1. O presente jornal foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1875, com o intuito de lutar pelas causas abolicionista e republicana. Após o advento da República, o jornal passou a ser marcado pelo intenso emprego de entrevistas e caricaturas em suas folhas, suas notícias passaram a se focar em crônicas políticas e novidades esportivas, demonstrando constantemente um alto caráter governista em seus apontamentos. Ver em: *GAZETA DE NOTÍCIAS*. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>. Acessado em 25 de setembro de 2019 às 15hrs29min.



2010). Em segundo, demonstraria que, embora o pensamento científico compreendesse que o imigrante europeu fosse um caminho que colocaria o Brasil nos trilhos da modernidade, ao inserir-se na cultura nacional, estes adaptar-se-iam em volta das necessidades sociais que o assolavam formando um novo elemento na equação social que confrontaria as instituições oficiais (CARVALHO, 1990).

Uma argumentação que pode ser atestada a partir de uma reportagem, é a do jornal *O Tempo* que, no dia 21 de novembro de 1892, relatou a prisão em flagrante do curandeiro Rozendo José Caetano, africano de cem anos de idade. Ao que se sucede, ele possuía consultório na Rua Malvino Reis – freguesia do Engenho Velho – e após uma relevante quantidade de denúncias o Tenente-Coronel Lino foi averiguar a situação. No ato da prisão foram identificadas variadas ervas e utensílios utilizados na produção de medicamentos feitos pelo curandeiro. Em seu depoimento replicado pelo periódico, Rozendo afirma exercer a função desde sua juventude, mas que não ganhava dinheiro com ela, apenas ajudava os menos favorecidos. Além disso, a reportagem nos informa que o curandeiro era analfabeto e nas suas atividades laborais possuía um aprendiz, imigrante português de nome não revelado.

Rozendo, por possuir cem anos de idade, pode ser apontado como um dos escravizados que herdou o ofício de curar dentro de uma lógica de oralidade, auxílio e cooperação que perpassava os escravizados, mantendo-a a posteriori e auxiliando àqueles que não possuíam condições de recorrer a um médico diplomado; mas também a ocorrência elucida a transmissão de um conhecimento que, partindo desta mesma oralidade, se manteria vivo através da figura de seu aprendiz. Tal ocorrência nos possibilita compreender que as artes de cura popular auxiliaram no estabelecimento de outras interações entre nacionais e imigrantes, o que muitas vezes aglutinava estes personagens nas políticas de criminalização do Estado.

Isto posto, podemos compreender que em meio a miséria que os conectavam, as questões envolvendo a saúde e a doença também foram um fator de união dos diferentes setores de trabalhadores que circulavam pelos espaços públicos e privados da sociedade carioca dos séculos XIX e XX. A busca por curar os males físicos e d'alma permitiram a construção de redes de sociabilidade e solidariedade que subvertiam a ordem nacional vigente, transformando esses atores sociais em um empecilho ao projeto de modernização, pois mantieram vivas aquelas práticas que os políticos-intelectuais tentavam sufocar a partir da normalização dos modos de viver da classe trabalhadora popular.



Conclusão

De que forma se estruturaram os diversos fatores que influenciaram as condições de vida da classe trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro nos anos iniciais do período republicano no Brasil? Longe de esgotar as possibilidades de respostas a este questionamento que nos orientou até aqui, que por muito é seguido em meio a história da classe trabalhadora, buscamos apontar determinados aspectos inerentes às experiências destes indivíduos que fizeram (e fazem) parte das engrenagens da República brasileira nos séculos XIX e XX.

Através da *experiência* destes trabalhadores, que segundo E. P. Thompson (1998), pode ser entendida como um espaço definido por ações produtivas, no qual práticas conscientes tomam lugar e são exercidas; não sendo elas reflexos de seres inanimados e alheios à realidade que estão inseridos, mas sim resultantes da percepção sobre o contexto que lhes confere ação e interação. Ao combinarmos tais concepções com uma história das instituições republicanas e dos agentes políticos-intelectuais que as compunham, conseguiremos compreender as fissuras e debates que possibilitaram a atuação destes populares pobres, que fazem parte da classe trabalhadora urbana carioca, em se manterem existentes e resistentes ao cenário de degradação e miserabilidade que os perpassavam no período aqui analisado.

Assim sendo, ao observarmos que, fosse através das greves e associações, ou da construção de moradias populares e a subida para os morros, ou mediante à busca por outros meios terapêuticos; a classe trabalhadora urbana do Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX estabeleceu uma rede de exercício de poder e ações paralelas que fugiam das molduras projetadas pelo Estado republicano, e através desse movimento, constituíram outras narrativas históricas que nos permitem compreender a miséria e a doença enquanto elementos comuns à diferentes setores do proletariado, constituindo uma experiência específica coletiva – composta por diferentes experiências individuais – na construção da história do nosso país.

Data de Submissão: 05/06/2021

Data de Aceite: 09/08/2021

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: **Revista Espaços & Debates**, n. 37, 1994. pp. 34-46.

_____. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. Rio de Janeiro: **Revista Rio de Janeiro**, nº 10, maio-ago. 2003. p. 210-234.

_____. **A Evolução Urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos (IPP), 4º ed., 2013, 156P.

ALBINO, Jefferson Nascimento. “Ecos da cidade”: os curandeiros como sujeitos históricos no século XIX - o caso de Juca Breves. **Anais do XVII Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, 23 a 27 de novembro de 2020, Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves. Favelas do Rio de Janeiro – a geografia histórica da invenção de um espaço. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento – A Geração de 1870 na crise do Brasil- Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BACKHEUSER, Everardo. Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geografia**, Ano VI, Janeiro-Março de 1944, Nº1, p.3-34

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 124 p.

BRASIL, Bruno. **Correio da Manhã**. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manhã/>. Acessado em 20 de agosto de 2018 às 23hrs12min.

_____. **Jornal do Brasil**. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Acessado em 20 de agosto de 2018 às 23hrs18min.



CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: corte e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 3º ed., 2012.

CUETO, Marcos; PALMER, Steven. “Medicinas Nacionais e Estados Sanitários” In: **Medicina e Saúde Pública na América Latina: uma história**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

DONADELI, Paulo Henrique Miotto. Os “inimigos” e os “cidadãos” da República: direito penal e controle social [Franca, 1890-1902]. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2016

EARP, Fábio Sá; FRIDMAN, Fania. Crédito e cartões - os ambulantes judeus no Rio de Janeiro. Brasil: **História Econômica & História de Empresas** – Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Vol. 2, 2003, p. 57-73.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)**. Rio de Janeiro: APICURI, 2011. 176p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Américo; MOTTA, Marly; SARMENTO, Carlos Eduardo (Orgs.). **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FROES, Maria Rachel. A Saúde Pública no Rio de Janeiro. In: PORTO, Â. et al. **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. [S. l.]: Editora FIOCRUZ, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7f83x>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KLEIN, Herbert. S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. Lisboa, Portugal: **Revista Análise Social**, Vol. 121, 2º ed., 1993, pp. 235-265.



MACIEL, Maria de Souza. A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria. São Paulo: **Revista Clínica Médica**, 2012. p. 226- 230.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. Niterói, RJ: **Revista Tempo** – Departamento de História (UFF). Vol. 13, N° 26, 2009, pp.15-31.

MIYASAKA, Cristina Regina. **Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-190)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. As políticas públicas de transformação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, N. 7, 2013, pp. 119-140.

ROCHA, Rafael. D. Professor Faustino, o “doutor bota-mão”: um “curandeiro” na Bahia do limiar do século XX. Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2015.

ROSENBERG, Charles E.; GOLDEN, Janet (Eds.). “Framing disease: illness, society and history”. In: **Studies in cultural history**. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1977.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

SANTOS, Leonardo Soares do. Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XIX. Rio Grande do Norte: **MNEME – Revista de Humanidades**, Vol. 12, N° 30, 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1265>. Acessado em 20 de setembro de 2019 às 18h03min.

SARMIENTO, Érica; MENEZES, Lená Medeiros de. Aspectos da desordem urbana: imigrantes ibéricos e a contravenção no Rio de Janeiro republicano (1880-1930). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) – **Revista Estudos Ibero- Americanos**, Vol. 41, N° 1, Janeiro-Junho 2015, p.164-180.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espetáculos das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Caio Sérgio de Moraes Santos e. A cidade do feitiço: feiticeiros no cotidiano carioca durante as décadas iniciais da Primeira República - 1890- 1910. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2017.

SILVA, Glícia Caldas Gonçalves da. A cabaça do segredo: religiosidades e concepções populares de cura no Rio de Janeiro 1889-1927. Rio de Janeiro, RJ: Tese de doutorado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Camila Oliveira da. E o morro virou “favela”: uma análise da representação dos moradores do morro da Favella pela imprensa carioca (1900-1910). Seropédica, RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em História (Licenciatura), 2019.

SOUZA, Flávia Fernandes de. Entre a convivência e a retribuição: trabalho e subordinação nos significados sociais da prestação de serviços domésticos (Cidade do Rio de Janeiro, 1870-1900). Rio de Janeiro: **Revista de História Comparada**, n. 4, v. 1, 2010.

SOUZA, Flávia Fernandes de. Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). Rio de Janeiro, RJ: Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, 2017.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos - a modernização da moradia no Rio de Janeiro. Lisboa, Portugal: **Análise Social**, Vol. XXIX (127), 1994 (3º), pp. 581-597.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense — 1889-1928**. Santa Maria: Ed. UFMS; Bauru: EDUSC, 1999.